

**EDITAL DE  
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP nº03/2010  
PROCESSO nº 08335.000945/2010-31**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de transporte rodoviário de carga, em caminhão fechado, tipo baú, compreendendo o transporte de bagagens desacompanhadas, móveis residenciais, utensílios domésticos e bens pessoais, de servidores e dependentes, da SR/DPF/MS e suas Unidades Descentralizadas que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, bem como de bens em geral (material permanente) deste DPF, em todo território nacional.

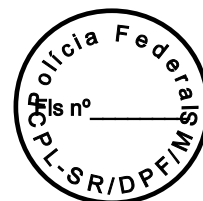
**2. JUSTIFICATIVA:** A contratação de pessoa jurídica para transporte de mobiliário, justifica-se pela demanda de serviços dessa natureza, pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, vez que, frequentemente, desloca mobiliários e cargas de sua propriedade, assim como bagagens e bens pessoais de seus servidores, que no interesse da Administração, são transferidos de uma unidade administrativa para outra, conforme preceituam os artigos 53 e 56 da Lei nº 8.112/90 e o artigo 1º do Decreto nº 4.004/2001.

**3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E VALORES DE REFERÊNCIA:** A contratada realizará os serviços de acordo com as especificações e quantidades descritas abaixo:

**3.1.** Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, em caminhões tipo baú, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir de entrega da ordem de serviço, encaminhada pela SR/DPF/MS, à empresa Contratada.

**3.2.** A SR/DPF/MS, por intermédio de servidor especialmente designado, fornecerá à empresa todas as informações essenciais, tais como: tipo de material a ser transportado, endereço de origem e destino e quaisquer outras que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços.

**3.3.** O transporte deverá ser efetuado no sistema direto e exclusivo (porta a porta), com acompanhamento de, no mínimo, 2 (dois) funcionários da CONTRATADA.



**3.4.** Todos os materiais a serem transportados deverão ser adequadamente embalados na origem e desembalados no destino, na presença do interessado e dos fiscais da CONTRATADA, podendo ser dispensada desta obrigação, no destino, quando devidamente autorizado pelo servidor ou pelo representante da SR/DPF/MS.

**3.5.** A taxa de seguro deverá ser estabelecida no valor máximo de 1% (um por cento), sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

**3.6.** No preço cotado já deverão estar computadas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente na prestação dos serviços, exceto quanto à taxa de seguro que deverá ser lançado à parte.

**3.7.** Quando solicitado, dispor um funcionário para atender temporariamente os serviços objeto do contrato, de forma imediata e incontinente.

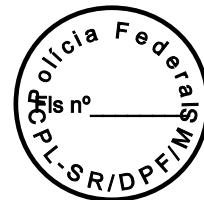
**3.8.** As especificações e os valores máximos que a administração admitirá constam na tabela abaixo:

ITEM 01 – Serviço de transporte intermodal terrestre						
Sub item	Distância em KM	Prazo de entrega	Quantidade anual estimada Unidade		Valor unitário	Valor Anual estimado
01	0 a 300	<b>02 dias</b>	20	M³	R\$ 0,74	R\$ 4.440,00
02	301 a 600	<b>03 dias</b>	20	m³	R\$ 0,40	R\$ 4.800,00
03	601 a 1200	<b>05 dias</b>	30	m³	R\$ 0,26	R\$ 9.360,00
04	1201 a 1800	<b>06 dias</b>	30	m³	R\$ 0,19	R\$ 10.260,00
05	1801 a 2400	<b>07 dias</b>	35	m³	R\$ 0,17	R\$ 14.280,00
06	2401 a 3200	<b>09 dias</b>	35	m³	R\$ 0,15	R\$ 16.800,00
07	3200 acima	<b>15 dias</b>	35	m³	R\$ 0,16	R\$ 17.920,00
Custo total estimado (12 meses):						<b>R\$ 77.860,00</b>
Custo mensal estimado						<b>R\$ 6.488,33</b>
Percentual do Seguro: 1%						

**3.8.1.** Para cálculo da proposta, bem como para medição dos serviços em futura contratação, deverá ser usada a seguinte fórmula em cada faixa de distância(subitens do 01 ao 07): **DP x VA x VU**, onde, **DP**: Distância Percorrida; **VA**: Volume(m³) Apurado; **VU** : Valor Unitário do m³ para a faixa.

**3.8.1.1.** Deverá ser considerada a distância e o volume máximos de cada faixa (subitens do 01 ao 07) na formulação da proposta. Assim, o valor a ser ofertado será a soma das quantidades totais de cada faixa, dividida em 12(doze) meses.

**3.8.2.** Aplicando-se a fórmula acima, e considerando-se a distância e volumes



máximos de cada faixa (subitens do 01 ao 07), a administração chega ao valor máximo **anual** admitido para eventual contrato em **R\$ 77.860,00** (setenta e sete mil, cento e sete reais e vinte centavos) e **R\$ 6.488,33**(seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos) **mensais**.

#### **4. DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

**4.1.** Quanto à ocorrência de despesas com serviços terceirizados prestados por concessionárias públicas do setor de transporte, como balsas, etc, os custos serão arcados pela contratante. A contratada deverá incluir o valor do serviço de transporte no orçamento juntamente com o comprovante da despesa (recibo) da empresa concessionária prestadora do serviço.

#### **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** Transportar a mudança de porta-a-porta, da origem para o endereço indicado, desmontando e embalando todos os pertences do servidor quando da realização da mudança, a partir do recebimento da “requisição de serviço de transporte para mobiliário” a ser encaminhada por esta SR/DPF/MS.

**5.2.** Desembalar e efetuar a montagem do mobiliário no ato da entrega da mudança no destino previamente indicado pelo CONTRATANTE.

**5.3.** Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**5.4.** Utilizar caminhões com identificação visível da Licitante Vencedora na prestação dos serviços.

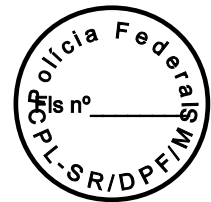
**5.5.** Manter o pessoal da empresa devidamente uniformizado ou com crachá de identificação, e em completas condições de postura e segurança, quando em serviço nas instalações da CONTRATANTE.

**5.6.** Obedecer ao prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento requisitório, para apanhar a bagagem.

**5.7.** Os prazos estipulados para a entrega da bagagem não prevalecem diante dos motivos de força maior, dos casos fortuitos, desde que devidamente comprovados.

**5.8.** Responsabilizar-se pela armazenagem de bagagem na cidade de destino até 10 (dez) dias, sem ônus para a CONTRATANTE ou servidor.

**5.9.** Efetivar a medição da bagagem à vista de um funcionário da SR/DPF/MS devidamente credenciado, necessitando, para o cumprimento deste procedimento, que a contratada, de comum acordo com o removido, notifique a contratante acerca da data e da hora em que se realizará tal serviço, emitindo uma planilha contendo



levantamento físico do mobiliário a ser transportado com descrição dos bens, quantidades e unidades em metros cúbicos. Após ser devidamente assinada e identificada pelo responsável da empresa, encaminhar via original da planilha para o gestor de contratos da SR/DPF/MS.

**5.10.** As avarias e perdas (totais e parciais) deverão ser indenizadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias após ter sido notificada.

**5.11.** A aceitação da bagagem pelo servidor ou autoridade que receber o bem será efetivada após a assinatura da Nota de Conhecimento, o que deverá ocorrer no local de destino.

**5.12.** Entregar os bens transportados no local de destino, em perfeita ordem, mediante recibo datado e assinado pelo servidor transferido ou pelo responsável em efetuar o recebimento da mudança, contendo o atestado de que os serviços foram prestados de modo satisfatório.

**5.13.** Embalar e acondicionar louças, cristais, porcelanas e demais objetos frágeis em papel de seda e papelão ondulado, colocando-os, em seguida, em caixas de papelão apropriadas.

**5.14.** Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

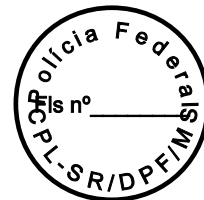
**5.15.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contratante, com relação ao contrato e suas atribuições.

**5.16.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificar o vício, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

**5.17.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do contratante.

**5.18.** Executar os serviços objeto do contrato, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem ao contratante ou à terceiros, podendo a contratante, inclusive, solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.

**5.20.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações



estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas de seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependência do contratante.

**5.21.** Cumprir e fazer cumprir seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas conseqüências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

**5.22.** Comunicar à fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

**5.23.** O seguro da bagagem corresponderá a 1% (um por cento) sobre o valor declarado da mudança. A diferença que houver entre o valor fixado para o seguro e o estimado para o servidor correrá à conta dos seus próprios recursos quanto ao prêmio correspondente ao excesso declarado, em concomitância com o art. 4º do decreto nº 4.004, de 08/11/2001.

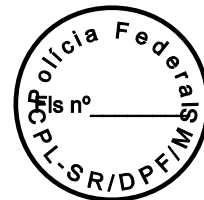
**5.24.** Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da contratante, que poderá ser efetuada por meio de contato telefônico, envio de fax ou de e-mail, ou qualquer outro meio hábil, sob pena de aplicação das sanções constantes do subitem 15, observado, se for o caso, o prazo previsto no §1º do art. 43 da LC nº 123/06.

**5.25.** Proceder à entrega da carga no destino, no prazo máximo de: 0 a 300 Km = 02 (dois) dias; 301 a 600 Km = 03 (três) dias; 601 a 1.200 Km = 05 (cinco) dias; 1.201 a 1.800 Km = 06 (seis) dias; 1.801 a 2.400 Km = 07 (sete) dias; 2.401 a 3.200 Km = 09 (nove) dias; e acima de 3.200 Km = 15 (quinze) dias, contados da retirada da carga.

**5.26.** Obter todo o tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução do transporte.

**5.27.** Manter um Diário de Ocorrência no percurso autorizado relativo aos serviços de transporte, que servirá de balizamento para soluções de quaisquer problemas, eventualmente, ocorridos por ocasião do transporte.

**5.28.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar durante a execução dos serviços aos locais de origem e destino (vidros, pisos, revestimentos, paredes, aparelhos, veículo, etc), assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais, porventura, danificados, em



decorrência do manuseio dos bens a serem transportados, sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços.

**5.29.** Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes das ações judiciais, por prejuízos havidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a SR/DPF/MS por terceiros.

**5.30.** Utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela SR/DPF/MS à licitante-contratada, para a execução do contrato.

**5.31. Quando não houver meio de transporte rodoviário para o local de origem/destino, a empresa CONTRATADA deverá utilizar os meios necessários para o deslocamento, sendo elaborada a planilha de acordo com a distância terrestre em km entre o local de origem e o local de destino.**

**5.32.** A empresa CONTRATADA deverá atender todo o território nacional.

**5.33.** Quando solicitado pela CONTRATANTE a prestação do serviço, a empresa CONTRATADA deverá encaminhar orçamento prévio estimativo, considerando a planilha de formação de preços, baseado na relação do mobiliário a ser transportado.

**5.33.1.** A relação com a descrição do mobiliário será emitida pela CONTRATANTE.

**5.34.** No momento da efetivação do transporte a empresa CONTRATADA, acompanhada pelo servidor responsável pela mobília, deverá emitir formulário definitivo que será conferido pelo representante da empresa e remetido ao fiscal do contrato, com a metragem efetivamente transportada.

**5.34.1.** A aferição da metragem deverá ser atestada pelo servidor responsável pela mobília e pelo representante da empresa CONTRATADA.

**5.34.2.** A planilha de formação de preços e a nota fiscal/fatura deverão considerar os dados constantes do formulário definitivo e o previsto neste Contrato.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

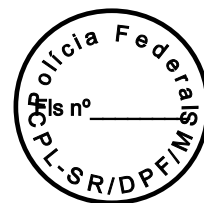
**6.2.** Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados.

**6.3.** Fornecer à contratada a “requisição de serviço de transporte para mobiliário devidamente assinada.

**6.4.** Proceder ao pagamento do contrato na forma e no prazo pactuados.

**6.5.** Rejeitar no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato.

**6.6.** Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados.



**6.7.** Designar um servidor como Fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar a fatura, conforme previsto no art. 65 da lei nº 8.666/93.

**6.8.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA

## **7. DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** O recebimento dos serviços será efetuado pelo SERVIDOR, RESPONSÁVEL e/ou PROPRIETÁRIO no destino previsto e somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições, nos termos do inciso I, do art. 73, da lei nº 8.666/93, e atestado através da Ordem de Serviço, também pelo próprio servidor, responsável e/ou proprietário.

**7.2.** Os serviços contratados serão fiscalizados e atestados pelo representante da Administração, a ser designado pelo Superintendente Regional da SR/DPF/MS para fazer cumprir todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, inclusive verificando a qualidade dos serviços e atestando as faturas apresentadas pela contratada, conforme prevê o art. 67 da lei 8.666/93.

**7.3.** A Contratante reservar-se-á ao direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita.

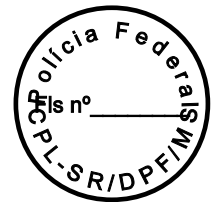
## **8. DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS**

**8.1.** A contratada deverá proceder à entrega da carga no destino, no prazo máximo de: 0 a 300 Km = 02 (dois) dias; 301 a 600 Km = 03 (três) dias; 601 a 1.200 Km = 05 (cinco) dias; 1.201 a 1.800 Km = 06 (seis) dias; 1.801 a 2.400 Km = 07 (sete) dias; 2.401 a 3.200 Km = 09 (nove) dias; e acima de 3.200 Km = 15 (quinze) dias, contados da retirada da carga, conforme item 6.25.

**8.1.1.** O prazo máximo poderá ser alterado quando houver a necessidade de utilização de outros meios de transporte, conforme trata o item 22.31.

**8.2.** Na impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA dos prazos constantes do subitem anterior, esta deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE que, considerando a justificativa aceitável e necessária, informará também por escrito sua concordância;

**8.3.** Na comunicação enviada pela CONTRATANTE informando da impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado no contrato esta deverá informar o novo prazo necessário para a efetivação do serviço.



**8.4.** Quanto à ocorrência de despesas com serviços terceirizados prestados por concessionárias públicas do setor de transporte como balsas e/ou transporte aéreo, etc, a empresa CONTRATADA deverá informar através de nota de serviço o prazo para encerramento do serviço.

## **9. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços a serem cotados são relacionados ao metro cúbico, em todo território nacional, de acordo com as faixas, conforme disposto no quadro subitem 3.8., e Anexo II deste edital.

**9.2.** A adjudicação será feita ao vencedor pelo menor preço global.

**9.3.** Deverá ser especificado o percentual de um por cento (1%) referente ao seguro de bagagem.

**9.4.** A proposta deverá ser elaborada considerando-se os preços em metros cúbicos por quilômetro ( $m^3/Km$ ), em todo território nacional, de acordo com as faixas constantes do item 3.8, em real, em algarismo e por extenso, estando inclusas as despesas relativas ao acondicionamento e embalagens, carregamento e descarregamento, impostos, e taxas devidas por lei e destacando-se o percentual de 1% (um por cento) referente ao seguro de bagagem.

## **10. DO PAGAMENTO**

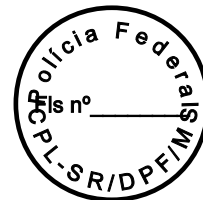
**10.1.** O pagamento será efetuado à empresa adjudicatária através de ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada pelo Chefe do NAD/SR/DPF/AC, nesta superintendência Regional e pelos responsáveis das Delegacias do interior. Podendo a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa adjudicatária.

**10.1.1.** O prazo referido no item acima poderá ser prorrogado a critério do DPF, todavia, não superando o prazo de 30 (trinta) dias.

**10.2.** Quando do pagamento à empresa adjudicatária, será efetuada consulta ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.

**10.3.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.





**10.4.** As faturas contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

## **11. DO CONTRATO E DO CUSTEIO**

**11.1.** O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir de da publicação do extrato no Diário Oficial da União até 31/12/2010, podendo ser prorrogado por interesse da Administração por meio de Termo Aditivo, por subseqüentes períodos orçamentários de até 12 (doze) meses, no limite de 60 (sessenta) meses, conforme preceitos do inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.

**11.2.** Os valores do contrato serão os apresentados na proposta final do pregão 03/2009-SR/DPF/MS, e as despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício 2010/2011, Gestão/Unidade 0001, Plano Interno 702T-10, Elemento de Despesa 3390.90.xx, Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.000.

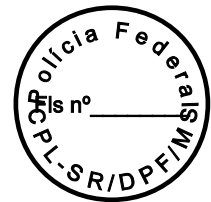
## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

**12.2.** As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

**12.3.** Serão aplicadas multas em conformidade com os percentuais e nas hipóteses a seguir estabelecidas, as quais incidirão sobre o valor da obrigação assumida e não cumprida:

- a) 1% (um por cento) ao dia por atraso, limitada a 10% (dez por cento), quando a



entrega ocorrer em prazo superior ao estabelecido em contrato.

b) 5% (cinco por cento), dobrável no caso de reincidência, limitada a 20% (vinte por cento), por descumprimento das demais exigências contidas neste Edital e seus anexos.

c) 50% (cinquenta por cento), quando a adjudicatária recusar-se injustificadamente, a honrar a proposta apresentada, dentro do prazo assinalado pela Administração para fazê-lo.

d) 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;

e) 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

f) 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor do material não entregue. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

g) 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

**12.4.** As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. O valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

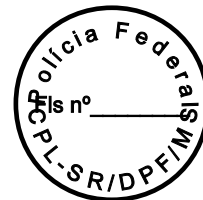
**12.5.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

**12.6.** As sanções só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente, justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

**12.7.** O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame licitatório, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.8.** As multas quando não descontadas, deverão ser colocadas à disposição da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, em seu Setor Financeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte do fornecedor;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**12.8.1.** Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

**12.9.** O faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul enquanto não quitar as multas devidas;

**12.10.** As multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem as irregularidades constatadas;

**12.11.** A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul poderá utilizar-se da declaração de inidoneidade quando a adjudicatária, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé.

**LEVI MONTEIRO DE SOUZA**

Agente Administrativo – Mat. Nº 11.662

Pregoeiro

De acordo,

Em observância ao que determina o Art. 9º,  
II, do Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005,  
**aprovo** o presente Termo de Referência.

---

**EDMAR SERROU CAMY**  
Escrivão de Polícia Federal  
Chefe da SELOG/SR/MS

---

**JOSE RITA MARTINS LARA**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional SR/DPF/ MS